

**Os registros das aulas de instrução pública na Cidade do Príncipe nos Relatórios  
Provinciais de 1870 a 1889: um olhar sobre a educação escolar seridoense**  
**The records of public instruction classes in the Cidade do Príncipe in the Provincial  
Reports from 1870 to 1889: an eye on the Seridó school education**

**Gillyane Dantas dos Santos**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: gillyanedantas@hotmail.com

Recebido: 24/06/2017 – Aceito: 31/07/2017

**Resumo**

O objetivo deste trabalho é apresentar uma amostra a respeito da instrução pública na Cidade do Príncipe, realizada a partir das informações disponibilizadas nos Relatórios Provinciais da Província do Rio Grande do Norte no período que corresponde de 1870 a 1889, anos finais do Império. Metodologicamente realizamos uma pesquisa bibliográfica, debruçando-nos em escritos de autores clássicos da história como Dermeval Saviani e José Ricardo Pires de Almeida; autores que estudam a região do Seridó em seus distintos aspectos, inclusive educacionais, como Muirakytan K. de Macêdo, Olavo Medeiros Filho e Olívia Medeiros Neta; teses e dissertações; outras fontes escritas como Legislação e Relatórios Provinciais. Com esse levantamento de bibliografia e fontes, os dados foram cruzados e isto nos permitiu uma percepção, embora inicial, do cenário educacional escolar no Seridó. Nesse levantamento foi possível perceber que o estímulo da instrução pública na região ainda era algo pouco fomentado diante dos registros encontrados nos Relatórios. Portanto, as primeiras impressões percebidas destacam que a educação na região da Cidade do Príncipe, no período pesquisado, ainda era predominantemente baseada nos ensinamentos dos preceitos morais e na Doutrina Cristã.

**Palavras-chave:** Instrução Pública; Cidade do Príncipe; Educação.

**Abstract**

The aim of this paper is to present a sample about the public instruction in Cidade do Príncipe, based on the information made available in the Provincial Reports of the Rio Grande do Norte in the corresponding period from 1870 to 1889, the final years of the Empire. Methodologically we performed a bibliographical research, studying the writings of classic authors of history as Demerval Saviani and José Ricardo Pires de Almeida; authors that

studied the Seridó region in its different aspects, including the educational, as Muirakytan K. de Macêdo, Olavo Medeiros Filho and Olívia Medeiros Neta/ theses and dissertations; other written sources as the Law and Provincial Reports. From this bibliographical and sources survey, the data were crossed and this allowed us a perception, although initial, of the school educational scenario in Seridó. In this survey it was possible understand that the trigger of the public instruction in the region was still something little encouraged in face of the found records in the Reports. Therefore, the first impressions realized highlight that the education in the region of Cidade do Príncipe in the studied period was still mainly based on teaching the precepts of moral and Christian doctrine.

**Keywords:** Public Instruction; Prince City; Education.

## **1. Introdução**

Este trabalho se refere a um levantamento parcial organizado como uma amostra diante do que está sendo estudado em detrimento de uma pesquisa maior<sup>1</sup>. O referido levantamento foi realizado a partir dos registros das Escolas Públicas de Primeiras Letras<sup>2</sup> da Cidade do Príncipe, hoje conhecida como Caicó<sup>3</sup>, presentes nos Relatórios Provinciais da Província do Rio Grande do Norte, do período que corresponde de 1870 a 1889, anos finais do Império. Vale destacar que esse é um estudo inicial que comporá o corpo de uma pesquisa maior já em desenvolvimento.

Com o objetivo de apresentar a existência das Escolas de Primeiras Letras da Cidade do Príncipe e analisar o cenário no qual essas escolas se instalaram, a partir das falas que os presidentes provinciais da Província do Rio Grande do Norte registraram durante seus respectivos ordenamentos. Metodologicamente esse trabalho desenvolveu-se a partir de dois direcionamentos, no primeiro fizemos um levantamento bibliográfico de modo a contemplar a fundamentação necessária para o estudo. Posteriormente desenvolvemos uma pesquisa documental-exploratória, pela qual foi possível obter os dados empíricos do trabalho que trouxe sustentação às questões levantadas nos fundamentos.

---

<sup>1</sup> As informações empíricas contidas nesse trabalho em particular são pertencentes à pesquisa inicial que terá como fim a elaboração da dissertação da autora para obtenção do título de Mestre em Educação.

<sup>2</sup> Atentando para o fato de que esse estudo em particular limitou-se a catalogar os registros das escolas que ofereciam instrução primária, ou seja, para os menores de 7 a 15 anos, conforme as legislações vigentes na época.

<sup>3</sup> Conforme Macêdo (2005), em 1735 a região sertaneja é qualificada como povoação, 1788 passa a ser Vila Nova do Príncipe; em 1868 começa a ser conhecida como Cidade do Príncipe; em 1890 recebeu o nome de Cidade do Seridó e, posteriormente, ainda em 1890, oficialmente contemplou-se com o nome de Cidade de Caicó.

Utilizamos como fonte de dados informações contidas no Censo Demográfico 1872, primeiro censo realizado no Brasil, que está disponível para acesso público na página virtual do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE); bem como os Relatórios Provinciais em que trazem informações a respeito de toda organização do Rio Grande do Norte, destacando, quando necessário, aspectos particulares das cidades. Tais relatórios se encontram disponíveis na página virtual da Universidade de Chicago.

A partir do levantamento acerca do registro dessas escolas na região estudada, pudemos ter uma visão um pouco mais detalhada a respeito do nível de instrução que a Cidade do Príncipe se encontrava já nos anos finais do Império. Despertando um olhar mais sensível para entender as minúcias do referido território de modo a compreender as educabilidades dispostas nos espaços de convivência onde aqueles habitantes estavam inseridos. Inferimos, portanto, que a educação, na situação pesquisada, se dava de várias maneiras e por diferentes meios, porém, não deixando de destacar a importância da educação formal, institucionalizada, para a disseminação da instrução àquele povo.

## **2. Referencial teórico**

Voltar-se sobre os aspectos educacionais seridoense no final do século XIX nos convida há reportar um pouco mais no caminho e perceber os percursos que a educação formal enveredou no Brasil, de modo a considerar suas continuidades e rupturas no que toca a organização do sistema escolar. Neste caso, quando nos referimos ao termo “educação formal”, estamos tratando de uma educação estruturada sistematicamente, com objetivos de ensino, organizada cronologicamente, que parte da instrução primária a universidade, conforme categoriza Libâneo (2000).

A partir das leituras de Saviani (2008), que em sua obra “História das Ideias Pedagógicas no Brasil”, destacou que o desenvolvimento educacional no Brasil esteve sempre marcado por acontecimentos que anunciavam cada época em particular, tivemos a oportunidade de ampliar o conhecimento quanto ao percurso histórico que a educação enveredou, de modo a compreender o processo de evolução, rupturas e continuidades sofridas.

De acordo com o autor, no momento da chegada dos Padres Jesuítas da Companhia de Jesus no Brasil ocorreu a primeira organização de uma educação formal, quando estes apresentaram objetivos e formas de instruir a população da colônia brasileira, ensinando-lhes a ler e escrever através do método conhecido como *Ratium Studiorum*.

As práticas jesuíticas estiveram à frente da educação por 210 anos, quando em 1759 foram interrompidas pela reforma educacional promovida pelo Marquês de Pombal, a qual resultou na expulsão dos Jesuítas das colônias portuguesas. A Reforma Pombalina, como assim ficou conhecida, tinha o objetivo de mudar o rumo da educação, conduzindo-a para geração de resultados econômicos. O ideário pedagógico implicado nas reformas pombalinas tinha influência de cunho iluminista (SAVIANI, 2008), que objetivavam impulsionar Portugal a outro nível de modernização.

Avançando um pouco mais e debruçando a atenção aos anos oitocentos do século XIX, partindo também dos escritos de Ribeiro (1984) a respeito da organização educacional no Brasil, reconhecemos que a educação ainda não mantinha uma sistematização específica que perdurasse por longos períodos. E, demarcando ainda esse período de transição de Colônia para Império, em 1822 o Brasil tornou-se independente e passou a ser governado propriamente pelo imperador D. Pedro I.

Em 1823 o então governante convocou uma Assembleia Nacional Constituinte e Legislativa com o objetivo de tecer as leis que serviriam de ordem para reger o Brasil, nesse instante a educação não se apresentava como preocupação principal, vindo a ser notada como instância que necessitava de uma regulamentação apenas em 1827, quando foi promulgada a Lei de 15 de outubro de 1827 (BRASIL, 1827). A referida lei ficou conhecida como a Lei Geral que regia a condução do sistema educacional em todo território brasileiro. Nela estavam descritos todos os direcionamentos que a educação deveria seguir, prevendo inclusive a criação de escolas de primeiras letras em vilas e lugares mais populosos, sempre que houvesse a demanda necessária. Além disso, a lei também destacava em seu Art. 6º considerações a respeito da organização dos conteúdos que deveriam ser ensinados pelos professores, e estabelecia o método mútuo como metodologia de aula a ser desenvolvida nessas escolas. O referido método recebeu influência direta do francês Lancaster<sup>4</sup> (BASTOS, 1999; ALMEIDA 2000; SAVIANI, 2008).

Posteriormente à promulgação da referida lei, foi também aprovado o Ato Adicional de 1834, que se caracterizou por ser uma medida legislativa que transformava em alguns aspectos a Constituição de 1824. O mesmo acarretou uma série de centralizações e descentralizações, não estando a educação fora dessas modificações.

Refletindo à luz de Almeida (2000), essa legislação “atribuiu às Assembleias Legislativas provinciais o direito de cada província legislar sobre a instrução primária e

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre o Método Lancasteriano consultar Bastos (1999).

secundária, nos limites de sua competência” (*ibidem*, p. 64). Nesse caso, ficavam a cargo de cada província as questões que se referiam à organização educacional do seu território, sem a existência de um plano nacional que pudesse direcionar os caminhos a serem seguidos. Tal situação refletiu em uma falha devido à ausência de uma regra geral. Dessa forma, os problemas começaram a aparecer, sendo uma das causas primordiais que levou ao insucesso dessa medida a falta de formação e preparo dos professores (*ibidem*, p. 65).

Compreendendo mais precisamente o período pesquisado (1870-1889), em termos econômicos, o Brasil continuava em transição, sendo esta demarcada pela “crise do modelo agrário-comercial-exportador dependente e tentativa de incentivo à industrialização” (RIBEIRO, 1984, p. 63). E a educação ainda não apresentava indícios de mudanças.

Ao tratarmos dos anos iniciais da instrução, percebemos que o ensino continuava priorizando a escrita, a leitura e o cálculo, pois o interesse maior era que as crianças se instruísem em menor tempo. Quanto à instrução secundária, esta se direcionava ao sexo masculino e ainda não era uma educação destinada a todas as regiões do país, sendo uma realidade das cidades mais desenvolvidas economicamente, pois “no Brasil não se efetivou a distribuição racional de escolas pelo território nacional” (RIBEIRO, 1984, p. 59).

Nessa época boa parte da população, principalmente as mulheres, era analfabeta. A educação destinada a estas era voltada aos aprendizados domésticos, sendo preparadas para as atividades do lar. Somente no final do século XIX apareceram indícios de ensino destinado ao sexo feminino, não gratuito, apenas particular e em cidades mais desenvolvidas economicamente, conforme destaca Perrot (2007).

Estreitando um pouco esse contexto nacional da educação, voltamos o olhar para o cenário territorial que a pesquisa se destina a investigar, a Cidade do Príncipe localizada na região hoje conhecida como Seridó-Norte-Rio-Grandense. Inicialmente, é necessário entender como se configurava a organização econômica e social local, uma vez que a educação neste período estava diretamente ligada aos interesses econômicos.

Para compreender tais informações utilizamos os escritos de Macêdo (2005), Medeiros Filho (1983) e Medeiros Neta (2011) que apresentam importantes informações a respeito de como o Seridó se constituiu como território, como sendo “um espaço apropriado em função e a partir das relações de poder sociais e culturais” (MACEDO, 2007, p.31), atentando, portanto, quais as influências políticas, religiosas, econômicas, bem como a configuração social da época. Narrando com detalhes como aconteceu a ocupação do sertão<sup>5</sup>, quais as

---

<sup>5</sup> Segundo Del Priori (2010) o sertão se caracteriza por ser um local afastado da região litorânea.

consequências desse ato, uma vez que “a conquista do sertão não foi pacífica. Vendo invadido seu território, os índios se levantaram, com a mais legítima determinação guerreira, contra os primeiros assentamentos de fazendas no interior na Capitania do Rio Grande do Norte” (MACÊDO, 2005, p. 35).

No Seridó, onde a economia era influenciada predominantemente pela pecuária, era uma região de caráter agrário, tendo uma relação pouco efetiva com a instrução. Em uma realidade que saber negociar com o gado ou com a terra era o que caracterizava o *status* social do sujeito, não existia grande necessidade de instruir a população. O mais importante para o sertanejo era aprender o trabalho do cultivo da terra e o trato com o gado, algo que não se fazia sabendo ler e escrever<sup>6</sup>, conforme podemos perceber:

A educação formal era desconhecida e da esmagadora maioria dos habitantes da Ribeira do Seridó. Os primeiros povoadores haviam trazido consigo somente rudimentos da aritmética, gramática e passagens decoradas do latim litúrgico. A regra era o completo analfabetismo de grande parte dos pioneiros (MACÊDO, 2005, p. 95).

E ainda como afirma Villalta (1997, p. 38):

[...] a escola foi objeto de valorização, que se distribuiu de forma irregular pelos grupos sociais, concentrando-se entre os bens situados na ordem social e crescendo a partir do século XVIII. Na falta de escolas públicas, a instituição escolar veio a se agasalhar no espaço privado, repousando em vínculos mais ou menos formais que ligavam um mestre a aprendizes, fossem eles de primeiras letras, ou de outros níveis ou ainda de ofícios.

Nesse caso, a escola não sendo uma realidade comum em algumas as regiões do Brasil, embora no período pesquisado já existissem Escolas de Primeiras Letras no território do Seridó, embora não estando acessível a todos os habitantes por motivos descritos pelos presidentes provinciais que a seguir discutiremos. Dessa forma, outro local que tinha bastante influência educacional era a Igreja.

Os preceitos da Doutrina Cristã eram fundamentos primordiais para toda população saber e colocar em prática nos seus atos cotidianos. Para a sociedade em questão, esses eram conhecimentos indispensáveis que regiam a vida social de todos. O ato de ir a Igreja e escutar a homilia já se caracterizava em ações de educabilidade (MEDEIROS NETA, 2011).

---

<sup>6</sup> A atividade econômica exigia desenvolvimento braçal. A educação formal era algo desconhecido no século XVIII, vindo a ascender já no início do século XIX por força de Lei de 15 de outubro de 1827.

Conforme visto, devemos levar em consideração uma realidade em que sobreviver dos lucros que os seus gados geravam, satisfazia aos fazendeiros e sua prole.

### **3. Metodologia**

Para o desenvolvimento de toda pesquisa, é necessário estabelecer uma metodologia específica que viabilize a escolha de instrumentos e análises pertinentes na busca por respostas e elucidações de fatos anteriormente questionados.

No estudo que hora apresentamos, a definição metodológica se deu a partir da pesquisa bibliográfica e documental como tipologias norteadoras do desenvolvimento do trabalho. Portanto, elegemos alguns autores que a partir de seus estudos elucidaram e sustentaram hipóteses levantadas acerca do objeto em questão. Quando se trata de leituras para compreensão da organização educacional do País em termos gerais e históricos recorremos a Almeida (2000), Ribeiro (1984) e Saviani (2008), dentre outros. Afunilando um pouco mais o espaço da pesquisa, e trazendo aspectos mais regionais utilizamos Macêdo (2005; 2015), Medeiros Filho (1983) e Medeiros Neta (2011). De modo aleatório e não menos importante, utilizamos alguns outros autores e seus estudos que contribuíram de maneira significativa ao desenvolvimento do trabalho, os encontraremos em todo discorrer desta pesquisa.

Por sua vez, a pesquisa histórica-documental, segundo Best (1972), citado por Maconi e Lakatos (1982, p. 19), é uma tipologia que descreve fatos e elementos do que já passou, ou seja, como o nome já alude: aspectos históricos, os quais se encontram registrados em documentos reconhecidos publicamente. Nessa estreita, a pesquisa histórica tem como característica particular descrever e refletir sobre fatos passados, embora nem sempre seja necessário fazer a correlação entre passado, presente e futuro.

Face a isto, de modo a contemplar os objetivos principais que perseguimos, qual seja, o de apresentar uma amostra a respeito da existência das Escolas de Primeiras Letras na Cidade do Príncipe, utilizamos a leitura de documentos históricos, de modo que estes atenderam de maneira ampla a discussão e delataram o olhar sobre a realidade estudada.

Os documentos utilizados foram: o Censo Demográfico de 1872 que apresentou nos seus dados as informações necessárias para conhecer a região estudada em suas especificidades. Nele estava quantificado e descrito o numero total habitantes da região específica, categorizando-os entre livres e escravos e cada categoria era dividida entre distinguindo homens e mulheres. Além disso, no censo são disponibilizados dados a respeito

do nível educacional, dentre outros aspectos que permitem ao pesquisador adentrar nas estreitas dessa realidade e sentir-se pertencente ao cenário em questão.

Outro documento que utilizamos como fonte de dados foram os Relatórios Provinciais da época de 1870 a 1889, que estão disponíveis no site da Universidade de Chicago e que apresenta discriminadamente, a cada ano, as falas dos respectivos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, de modo que estes declaravam como se encontrava a província em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e educacionais. Nessas informações os presidentes falavam a nível geral, mas em alguns momentos descreviam fatos a respeito da expansão da instrução pública e da distribuição de escolas, com isso tivemos a oportunidade de extrair os dados necessários para mapear a existência das Escolas de Primeiras Letras na Cidade do Príncipe.

O documento histórico como um instrumento de pesquisa escrito por alguém em um determinado tempo e contexto, este deve apresentar-se de maneira estável, a depender da conservação, oferecendo as mesmas informações, porém “a mutabilidade do documento tem relação com o sentido que o presente confere a tais personagens ou fatos” (PINSKY; LUCA, 2009, p. 13). Ou seja, o objetivo e o olhar do pesquisador é que transformam aqueles escritos estáveis em novas e relevantes informações.

Assim,

A relação do historiador com o documento também se modifica. O documento já não fala por si mesmo, mas necessita de perguntas adequadas. A intencionalidade já passa a ser alvo de preocupação por parte do historiador, num duplo sentido: a intenção do agente histórico presente no documento e a intenção do pesquisador ao se acercar desse documento<sup>8</sup> (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 15).

Nesse contexto, o olhar do pesquisador, motivado por uma inquietação, é o elemento definidor do que será filtrado de um documento histórico composto por ricas informações acerca de um tempo e contexto social, econômico e educacional.

#### **4. Resultados**

Os resultados aqui apresentados são de características parciais, estando organizados como uma amostra diante do que está sendo estudado em detrimento de uma pesquisa maior. Nesse caso, utilizamos como fonte de dados o Censo Demográfico e os registros dos

Relatórios Presidenciais do Rio Grande do Norte, conforme já mencionado.

Na época pesquisada, a Cidade do Príncipe, hoje denominada de Caicó, apresentava um total de 9.847 (nove mil, oitocentos e quarenta e sete) habitantes, dentre eles homens e mulheres, livres ou escravos, segundo os números do Censo de 1872. Geograficamente se configurava como uma região de clima semi-árido e com terras propícias à criação de gado e, em menor medida, para plantação. Foi esse pilar que sustentou o povoamento gradativo de uma ribeira do sertão da Capitania do Rio Grande do Norte.

De acordo com o que discutimos anteriormente, percebemos que a educação apresentava um caráter voltado aos aspectos que hoje conhecemos como educação informal, que segundo Libâneo (2000) entende educação informal como o processo real vivenciado ao longo da vida, de forma que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos a partir da experiência cotidiana, bem como das influências educativas de seu meio – da família e no trabalho, por exemplo. Ou seja, era pautada em ensinamentos obtidos no interior da família, em que os pais conduziam o aprendizado dos filhos direcionando o que meninos e meninas deveriam aprender. Além da Igreja que exercia um papel educacional muito forte na região, estabelecendo um direcionamento moralizador e doutrinário diante dos ensinamentos dados a população.

De acordo com os dados do Censo de 1872, a Cidade do Príncipe tinha uma grande parcela da população analfabeta, conforme podemos ver na tabela a seguir:

**Tabela 1 – Dados sobre instrução na Cidade do Príncipe no ano de 1872**

<b>CONDIÇÃO</b>	<b>SEXO</b>	<b>SABEM LER</b>	<b>ANALFABETOS</b>
LIVRES	HOMEM	1.376	3.338
	MULHER	928	3.463
ESCRAVOS	HOMEM	-	377
	MULHER	-	365
<b>TOTAL</b>		<b>2.304</b>	<b>7.543</b>

Fonte: Censo Demográfico de 1872 – Paróquia de Sant’Anna do Príncipe.

Vejamos que os analfabetos totalizavam-se em 76,60%, ficando o domínio da escrita e leitura a regala de uma pequena parcela da população. Nesse caso, buscamos nos registros dos Relatórios Provinciais, identificar a efetiva existência dessas escolas, quantificando quantas eram e a quantas pessoas em média atendia.

Em todos os relatórios analisados identificamos uma constante preocupação dos

presidentes em explicar os motivos que estavam por trás da situação educacional em que se encontrava a província como um todo. Nesse caso identificamos três motivos mais fortemente citados pelos referidos presidentes, associando aos tais a razão pela qual a educação ainda encontrava-se defasada.

Um primeiro motivo citado fortemente pelos presidentes se refere a questão da expansão territorial da província e a proliferação da população em distintos locais dificultando o acesso das pessoas às escolas, conforme podemos ver na fala do Presidente Pedro Barros Cavalcante de Albuquerque:

A educação está bem longe do desejado [...] se acha em atraso. [...] Devido a motivos como: a vastidão de um território cuja população se acha disseminada em pequenos núcleos, separados uns dos outros por muitas léguas e, sobretudo a escassez de um pessoal idôneo, são causas todas que se opõem ao desenvolvimento da instrução [...] (ALBUQUERQUE, 1870).

Além do problema identificado na expansão territorial, outra questão levantada pelos presidentes se refere ao pouco incentivo dos pais para que os filhos frequentem a escola, que mesmo com o Regulamento de 10 de janeiro de 1878 no qual rezava o Art. 1º:

É obrigatória a instrução primária nas cidades, villas e povoações para os indivíduos de 7 a 15 anos de idade; incorrendo a seus pais, tutores ou curadores nas penas de admoestação ou multa de até vinte mil réis, enquanto os não mostrarem frequentando escolas ou recebendo o ensino em domicílio (BRASIL, 1878).

Ainda assim, os pais permaneciam por manter seus filhos destinados aos aprendizados adquiridos no interior dos lares, isso acabava sendo mais um motivo pelo qual a educação não conseguia atingir melhores níveis, como assim percebemos quando o Presidente Francisco de Gouvea Cunha Barreto relata que “[...] Atribuí e atribuo o pouco desenvolvimento da instrução a incúria e ignorância dos pais em não obrigar a irem as escolas seus filhos [...]” (BARRETO, 1882, p. 10).

Além disso, outros presidentes ainda questionavam a eficácia e aplicabilidade do regulamento diante da situação de abandono educacional por parte da família, como é o caso do Presidente José Moreira Alves da Silva que relatou: “Promulgada nesta Província a obrigatoriedade do ensino, medida cuja excelência, como disse é incontestável e deve ser mantida, tem sido, entretanto, letra morta” (SILVA, 1886). Nesse caso, podemos perceber que

até mesmo os presidentes demonstravam insatisfação com a inaplicabilidade regulamentar, ou até mesmo falta de fiscalização, deixando refletir diretamente no quadro em que a educação se encontrava.

Como terceiro e último motivo identificado com frequência na fala dos presidentes está a questão do despreparo dos professores que assumiam a responsabilidade de instruir a população. Essa foi uma reclamação corriqueira no que se refere à insatisfação das autoridades quanto a educação, podemos citar como exemplo a fala do Presidente José Bernardo Galvão Alcofarado Júnior que destacou: “E se, tratando da instrução do sexo masculino, é sempre deplorável que ela seja confiada a homens que são viciosos, e por isso corrompem e pervertem a infância do que educam, muito mais deplorável é por certo quando se trata do sexo feminino” (ALCOFARADO JÚNIOR, 1876).

Percebendo todo esse cenário educacional da Província do Rio Grande do Norte, que “em 1889 a Província do Rio Grande do Norte contava com 182 escolas oficiais sendo 88 masculinas, 60 femininas e 4 mistas” (ALMEIDA, 2000, p. 281). E ainda levando em consideração toda conjuntura estrutural da época no que se refere à educação, percebemos que na realidade da Cidade do Príncipe não poderia ser diferente, e que mesmo diante de tantos desafios ainda pudemos encontrar a existência de quatro escolas criadas em períodos distintos, mas que em 1889 todas elas se encontravam em funcionamento, conforme os relatórios.

A respeito da criação dessas escolas, elaboramos uma tabela que a partir dos registros encontrados nos relatórios e de estudos que partiram dos escritos de Lima (1927), em que evidenciamos o período de criação destas situando-as melhor para que fique claro quando e a partir de que surgiram as escolas encontradas nos registros de 1870 a 1889. Vejamos:

**Tabela 2 – Registro das Escolas Públicas de Instrução Primária no Príncipe (criação, matrícula e frequência)**

LOCALIDADE	SEXO		MATRÍCULA		FREQUÊNCIA		FORMA DE CRIAÇÃO
	MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM	
Príncipe	01	-	28	-	28	-	Lei nº 15 de outubro de 1827 (1833 a criação)
Príncipe	-	01	-	24	-	20	Lei nº 478 de 13 de abril de 1860
Príncipe	01	-	25	-	25	-	Lei nº 843 de 23 de julho de 1883
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>53</b>	<b>24</b>	<b>53</b>	<b>20</b>	

Fonte: Dados levantados a partir da leitura dos Relatórios Provinciais da Cidade do Príncipe-

1870/1889 associado aos escritos de Lima (1927).

Conforme o exposto, as escolas citadas nos relatórios do período pesquisado foram criadas anteriormente a este, cada uma obedecendo alguma lei. Estas previam a criação das referidas escolas de acordo com cada demanda levantada diante da situação vivenciada em cada período. A primeira escola, sendo ela masculina, por exemplo, foi criada em função da Lei nº 15 de outubro de 1827, já mencionada anteriormente, que ficou conhecida como a Lei Geral da Educação, em que previa a criação de escolas vilas e lugares mais populosos, sempre que houver a demanda necessária.

Já a segunda escola, sendo ela feminina, foi criada a partir da Lei nº 478 de 13 de abril de 1860, que em sua redação dizia: “Ficam criadas cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino nas Vilas de Príncipe, Mossoró e Papari, sendo uma cadeira para cada Vila” (RIO GRANDE DO NORTE, 1860). Cumprindo a Lei, realmente a escola foi criada e permaneceu em funcionamento durante a época pesquisada neste trabalho.

Percebe-se que houve uma preocupação dos presidentes da Província do Rio Grande do Norte em cumprir as legislações que exigiam a existência de escolas em funcionamentos nas regiões mais populosas. A Cidade do Príncipe era uma dessas regiões e durante o período imperial, se tratando de instrução primária, teve um considerável investimento educacional, dadas as condições da época.

Nesse caso, nas falas dos presidentes provinciais dos anos de 1870 a 1889, identificamos a de 1881 a 1886 as escolas da Cidade do Príncipe sendo citadas, detalhando ainda seus funcionamentos, número de alunos matriculados e frequentando, conforme podemos conferir na tabela a seguir:

**Tabela 3 – Quantidade de escolas da Cidade do Príncipe identificadas nos Relatórios Provinciais do período de 1870-1889**

ANO	LOCALIDADE	Nº DE ESCOLAS		MATRÍCULA		FREQUÊNCIA	
		MASC	FEM	MASC	FEM	MASC	FEM
1881	Príncipe	01	01	45	29	18	20
1882	Príncipe	01	01	57	59	49	56
1885	Príncipe	02	01	43	46	43	42
1886	Príncipe	02	02	37	56	30	37

Fonte: Dados levantados a partir da leitura dos Relatórios Provinciais da Cidade do Príncipe-1870/1889.

No que se refere a relação matrícula e frequência dessas escolas, elas eram bem frequentadas, levando em consideração a região e as particularidades da mesma, por exemplo, devido a seca alguns alunos deixavam de frequentar as escolas devido a ocupação do trabalho com a plantação e com o gado, isso também refletia em algumas alunas que em meio a isso permaneciam em suas casas ajudando suas mães no trabalho doméstico, conforme podemos perceber na fala de Rodrigo Lobato Marcondes Machado (1879 *apud* LIMA, 1927, p. 106) quando diz: “A seca tem, de algum modo, embaraçado a marcha regular do ensino público, não só impedindo a frequência dos alunos, como a dos professores”.

Por fim, de acordo com todos os registros de escolas, percebemos um caso particular de 1886 em que está citada na tabela a existência e funcionamento de duas escolas femininas, porém nos estudos levantados só identificamos o contexto da criação de uma, a outra apresentou-se já criada nos registros provinciais, conforme foi apresentado na tabela anterior. Como este trabalho ainda encontra-se em fase inicial, essa será mais uma inquietação a ser elucidada em estudos posteriores.

## **5. Considerações finais**

Frente aos estudos levantados para esta pesquisa fica claro que os elementos que influenciavam de maneira direta a educação da Cidade do Príncipe eram os preceitos morais e da doutrina cristã, sendo essa uma realidade não somente do local pesquisado, mas de toda a educação imperial, que trazia arraigado desde a legislação que regia essa instância até as práticas dos professores e professoras, a religião como elemento fundamental ao ensino.

Identificamos ainda, que a educação imperial não atendia de maneira efetiva a qualidade esperada na legislação, e isso acontecia, pelo menos na região a qual nos detivemos a pesquisar, em função de três ocorrências que unanimemente todos os presidentes, os quais foram analisadas suas falas, relataram, a saber: a distância que existia entre as regiões, dificultando o acesso a escola; a falta de interesse e estímulo dos pais em mandar seus filhos às escolas; a falta de preparo e qualificação dos professores.

Assim, pudemos perceber que a dificuldade em melhorar a qualidade da Instrução Pública oferecida à população se permeava em toda Província do Rio Grande do Norte, não estando em descompasso apenas a Cidade do Príncipe. Essa preocupação e insatisfação com os rumos educacionais estavam presentes em todas as falas dos os vinte relatórios analisados, demonstrando que o déficit acompanhou o período pesquisado e que cada um em particular ia demonstrando os feitos para mudar esse cenário.

Porém, embora toda essa dificuldade em instruir a população estudada, pelos motivos elencados ou por outros que possam ser levantados em estudos posteriores, vale destacar que apesar desses contratemplos, a Cidade do Príncipe ainda teve um investimento consideravelmente bom no que se refere a criação de escolas e isso é demonstrado nos registros de quatro escolas em funcionamento, todas com alunos matriculados e frequentando, o que demonstra uma progresso, visto todos os aspectos da realidade em si.

Por fim, a relevância social deste trabalho se dá em função do seu detalhamento a respeito das informações de instrução na região da cidade hoje conhecida como Caicó, demonstrando um levantamento cuidadoso e analisado de forma a tornar visto o cenário em que a educação se tornava necessária. Destacando ainda que a produção história tem o papel de desvendar nuances do passado possibilitando a compreensão do que houve e deixando uma reflexão para o planejamento do que haverá. Portanto, esse estudo possibilita a compreensão do hoje em detrimento do que ocorreu ontem.

## **Referências**

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Trad. Antonio Chizzotti. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000.

BASTOS, M. H. C. “O ensino mútuo no Brasil (1008-1827)”. In: BASTOS, M. H. C. e FARIA FILHO, L. M. (orgs). **A Escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo FundoRS: Ediupf, 1999, p. 95-118.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm)>. Acesso em 19 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional)**. Faz algumas alterações e adições à Constituição política do império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: **Constituições brasileiras – 1824**. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia; Escola de Administração Fazendária, 2001. (Organizador Octaciano Nogueira, v. 1).

BRASIL. **Provincial Presidential Reports (1830-1930)**: Rio Grande do Norte. Disponível em: [http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio\\_grande\\_do\\_norte](http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte). Acessado em 16 mai. 2017.

DEL PRIORE, Mary e VENANCIO, Renato. **Uma breve História do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

IBGE, Fundação. **Recenseamento geral do Império do Brasil, 1872** – vol. 6, 4<sup>a</sup> pt, R.J. Biblioteca Nacional, Seção de Livros Raros.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIMA, Nestor dos Santos. **Um século de ensino primário**. Typografia d'A República: Natal, 1927.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: uma História de Regionalismo Seridoense. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Estado das almas: população, família e educação escolar no Rio Grande do Norte colonial (século XVIII). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 41, n. 27, p. 244-268, jul./dez. 2011.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos Cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – Séc. XVIII). Natal, RN: Flor do Sal: EDUFRN, 2015.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Ocidentalização, territórios e populações indígenas no sertão da Capitania do Rio Grande**. 2007. 312p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos Inventários do Seridó**. Brasília, 1983.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. “FREGUESES DA FREGUESIA DA VILA NOVA DO PRINCIPE, D’ONDE SEMPRE FORAM”: identidades territoriais nos sertões do Seridó. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Orgs.). **CAPITANIA DO RIO GRANDE**: histórias e colonização na América portuguesa.

João Pessoa: ideia; Natal: Edufrn, 2013, p. 165-287.

MATTOS, Regina Mendonça Furtado. **VILA DO PRÍNCIPE – 1850/1890: SERTÃO DO SERIDÓ – UM ESTUDO DE CASO DA POBREZA**. 1985. 155 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1985.

MEDEIROS FILHO, Pe. João; FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Seridó – séc. XIX: (fazendas & livros)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2001.

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. **Cidades, sociabilidades e educabilidades: Príncipe, Rio Grande do Norte – século XIX**. 2011. 141 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2011.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira – A organização escolar**. 4 ed. Coleção Educ. Univ., São Paulo: Editora Moraes, 1984.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 478, de 13 de abril de 1860**. Ficam criadas cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino nas Vilas de Príncipe, Mossoró e Papari, sendo uma cadeira para cada Vila. In: Coleção de leis, decretos e resoluções provinciais do Rio Grande do Norte. Pernambuco: Typographia M. F. de Faria, 1860.

SANTOS, Gillyane Dantas dos. **“Por não saber ler nem escrever”**: o que nos revelam os inventários *post mortem* sobre a educação da mulher oitocentista no Seridó (1870-1880). Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro Educacional do Seridó. Departamento de Educação, Caicó, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2d.rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.